

1 **6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**  
2 **FRANCA – 12 DE MARÇO DE 2015.**

3 Aos doze dias do mês de março de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a sexta  
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e  
5 representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio  
6 Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezoito (18) conselheiros sendo oito (8) do poder  
7 público e dez (10) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Ariluce Ferreira Vilela,  
8 Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Patrícia Soraya Mustafa, Leonel Aylon Cantano,  
9 Cloves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane  
10 Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Águeda Coelho Marques Soares, Rosângela  
11 Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros na titularidade:** Jane  
12 Izabel Miranda Biagioti Lellis, Adriana da Silva Bazon Porfírio, Raquel Costa Cândido Santiago, Padre  
13 Célio Adriano Cintra, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. Participaram da reunião 21  
14 convidados. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos: Apresentação** das ações da Proteção Social Especial – 4º  
15 trimestre 2014; **Ofício nº. 06/2015 – SEDAS**– Solicita indicação de dois representantes da sociedade civil  
16 para composição do Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família – Biênio 2015/2017;  
17 **Renovação do colegiado** – definição sobre o segmento “Mulher e Família” e substituição dos  
18 representantes da “extinta” PROHAB; **Informes: IX Conferência Municipal de Assistência Social** –  
19 Definições da Comissão Organizadora; **Atualização do Plano de Acolhimento** – Parecer da DRADS  
20 Franca; **Proposta de Alteração da Lei de Criação do CMAS** – Tramitação do processo; **Enviado ofício**  
21 **do CMAS às Entidades Inscritas**– manutenção de inscrição; **Convite – Seminário:** O Trabalho Decente  
22 Sob a Ótica da Erradicação do Trabalho Infantil e do Trabalho Seguro dos Adolescentes – Todos Juntos  
23 Pelo Direito à Proteção Integral – dia 27 de março – SENAI. Márcio iniciou a reunião apresentando a  
24 justificativa de ausência da conselheira Elisa. Considerando a ausência da 1ª Secretária, Márcio solicitou  
25 a conselheira e 2ª Secretária do CMAS, Juliana, para realizar a leitura da ata da reunião ordinária do dia  
26 26 de fevereiro de 2015. Finalizada a leitura, a ata foi aprovada após algumas correções gramaticais.  
27 Dando seguimento a reunião, Márcio desejou as boas vindas para aqueles que se fizeram presentes pela  
28 primeira vez no Conselho e pediu para que se apresentassem. Manifestaram as alunas do 6º semestre do  
29 curso de Serviço Social da UNESP, sendo elas: Gabriela, Renata, Milena, Larissa, Caroline, Pâmela,  
30 Josiane e Júlia. Manifestou-se ainda a Professora Doutora Patrícia Mustafa, nova integrante do CMAS,  
31 em substituição ao Prof. José Fernando. Na sequência, Márcio exibiu o primeiro assunto da reunião sobre  
32 a apresentação das ações realizadas pela Proteção Social Especial – 4ª Trimestre do exercício de 2014,  
33 conduzida pela Diretora desta divisão, Ana Paula. Inicialmente a Diretora destacou que foram  
34 implantados 04 novos serviços de média e alta complexidade, executados pela rede socioassistencial  
35 privada: LASEP (Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas  
36 Famílias – Centro Dia); Fundação Judas Iscariotes (Serviço de Acolhimento Institucional para adultos  
37 com deficiência – Residência Inclusiva); IJEPAM (Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e  
38 Adolescentes – modalidade casas-lares) e AMAFEM (Serviço de Acolhimento Institucional para

39 mulheres em situação de violência). Em seguida foram apresentadas as ações executadas pelas Unidades  
40 Estatais da SEDAS. No CREAS é desenvolvido o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a  
41 Famílias e Indivíduos - PAEFI e foram apresentados os números de atendimentos no trimestre, bem  
42 como, elencadas as ações desenvolvidas e grupos de acompanhamento: Grupo de Mulheres; Grupo de  
43 Família Extensa; Grupo de Meninas; Grupo de Protagonismo Juvenil. O CREAS executa ainda o Projeto  
44 de Combate e Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Oficinas:  
45 “Recriando laços para construção de novos caminhos” e “Mobilizando o potencial”. Com relação às ações  
46 desenvolvidas pelo CENTRO POP, foram elencados dados com base no total de atendimentos nos meses  
47 de outubro, novembro e dezembro, dividido entre sexo e idade, bem como incidência de situações como  
48 uso de entorpecentes e problemas mentais. Foram realizadas oficinas com os usuários, tais como:  
49 Percussão, Expressão Corporal, Atividade Física e Artesanato. O trabalho de Articulação com a Saúde foi  
50 realizado em conjunto com a equipe do CAPS AD e atendimento médico semanal no próprio local. Ana  
51 Paula destacou ainda a pesquisa realizada pela equipe sobre saúde, violência e dependência química.  
52 Durante a apresentação das ações do Centro POP, alguns conselheiros e participantes fizeram  
53 questionamentos sobre os dados apresentados, especificamente referentes aos números de usuários que  
54 fazem uso de crack e outras drogas ou que apresentam alguma doença ou transtorno mental. As questões  
55 foram relacionadas à diferença nos números de atendidos nos referidos meses; as dificuldades de  
56 encaminhamento desses usuários com transtornos mentais e a incidência de usuários que apresentam  
57 essas duas situações, ou seja, usuários de drogas e com transtornos mentais. Ana Paula esclareceu todas as  
58 questões enfatizando que todos os usuários são encaminhados para atendimento, porém na maioria dos  
59 casos os mesmos têm dificuldades de manterem-se em tratamento, abandonam a medicação, não  
60 conseguem reestabelecer o vínculo com a família e muitas vezes são expulsos de casa novamente e  
61 retornam às ruas. Relatou ainda que muitos usuários que apresentam transtornos mentais também são  
62 usuários de drogas. O Sr. João, presidente do Lar São Vicente, manifestou-se com relação ao abandono  
63 em que as pessoas com transtornos mentais se encontram atualmente. Comentou que a família não tem  
64 estrutura para acolher esse familiar e no município o único local que abriga essas pessoas é o Hospital  
65 Allan Kardec e a Fundação Judas Iscaritotes tem uma ala para atender pessoas com Alzheimer. Porém  
66 não possuem capacidade de atender toda a demanda do município e assim essas pessoas acabam ficando  
67 nas ruas abandonadas. Ana Paula esclareceu que tem outro entendimento sobre a “institucionalização”,  
68 apontando que a Política de Saúde Mental hoje propõe um novo modelo, na qual a pessoa com transtorno  
69 mental não é retirado do meio social, porém, garantindo um acompanhamento de saúde e assistência  
70 social. Destacou, porém, que essa Política de Saúde ainda não está totalmente efetivada no país. Passou  
71 em seguida para a apresentação das ações realizadas pela equipe do Serviço de Acolhimento em Família  
72 Acolhedora para crianças e adolescentes, destacando os números de atendidos pelas famílias de apoio e  
73 pelas famílias eventuais. Finalizada a apresentação, bem como as discussões e esclarecimentos sobre a  
74 apresentação das Ações da Proteção Social Especial – 4º Trimestre, Márcio prosseguiu para o próximo  
75 assunto. Informou que o Conselho recebeu um ofício da Secretaria de Ação Social, o qual solicita a  
76 indicação de dois representantes da sociedade civil para compor o Comitê de Controle Social do

77 Programa Bolsa Família, Biênio 2015/2017. Ressaltou que atualmente o representante do CMAS neste  
78 comitê é o conselheiro Padre Célio, mas que o mandato já vencerá em abril, por isso a solicitação de  
79 indicação para novos membros. Lembrou que as reuniões acontecem bimestralmente, às segundas feiras.  
80 Padre Célio explicou que nos encontros são apresentadas as devolutivas das atividades realizadas no  
81 bimestre, tais como: quantas famílias foram visitadas, quais famílias foram impedidas de continuar no  
82 Programa Bolsa Família, como o trabalho foi desenvolvido, dentre outros. A conselheira Jane ressaltou  
83 que essa Instância de Controle Social também tem um caráter deliberativo sobre o uso do recurso IGD -  
84 PBF, uma vez que 3% do valor repassado ao município é destinado para as ações executadas pela mesma.  
85 Após os esclarecimentos, o conselheiro Leonel se dispôs a participar como titular no referido Comitê e o  
86 Padre Célio representará na condição de suplente. Tina fez uma reflexão sobre o índice de 3% do recurso  
87 do IGD PBF, apontando que apesar de sua aplicação ser deliberada pela Instância de Controle Social,  
88 quem aprova a Prestação de Contas é o CMAS. Relatou que entende que quem aprova a execução  
89 também deve aprovar a prestação de contas. Definidas as indicações para o Comitê de Controle Social do  
90 Programa Bolsa Família, Márcio prosseguiu para o último assunto da pauta, referindo-se a Renovação do  
91 Colegiado. Informou que o Conselho precisa discutir sobre a situação de dois segmentos: PROHAB e  
92 Entidades de Atendimento à Mulher e Família. Disse que a proposta para o primeiro segmento citado é  
93 solicitar a indicação de dois membros da Central de Habitação ao Secretário de Planejamento Urbano,  
94 para recompor e substituir a PROHAB, que foi extinta. O colegiado concordou com essa proposta. Com  
95 relação ao segmento Mulher e Família, Márcio relatou que o Conselho já teve problemas com a  
96 renovação deste referido segmento, explicando que o CMAS não possui entidades de atendimento a  
97 mulher e família, inscritas. Lembrou que na última recomposição o colegiado definiu convocar as  
98 entidades que já foram inscritas anteriormente para que os candidatos indicados participassem do Pleito  
99 Eleitoral, definindo os atuais conselheiros: Elisa e Padre Célio para o segmento. Entretanto, Márcio  
100 informou que hoje o CMAS tem um serviço inscrito, executado pela AMAFEM. Tina questionou se na  
101 Lei de Criação do CMAS é informado se as entidades executoras de serviço poderão ou não participar da  
102 Renovação. Márcio esclareceu que não há essa informação e disse que a sugestão seria solicitar que a  
103 AMAFEM faça a indicação de representantes na condição de titular e suplente. Ressaltou que,  
104 considerando que é a única instituição do segmento, não participará do pleito eleitoral conforme previsto  
105 para as demais categorias que representam a Sociedade Civil. Tina apontou que o ideal seria tentar  
106 agilizar o processo de alteração da Lei de Criação do CMAS, porém enquanto isso não acontece, acredita  
107 que essa é a melhor proposta. Padre Célio manifestou-se dizendo que é uma decisão de curto prazo e nada  
108 impediria de fazer conforme o proposto. Após manifestações e discussões o colegiado decidiu solicitar a  
109 indicação de dois representantes, um titular e um suplente, à AMAFEM, entidade executora do Serviço de  
110 Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência. No caso da AMAFEM não indicar os  
111 representantes, o colegiado deverá convocar as entidades que eram inscritas anteriormente para  
112 realizarem a indicação e participarem do processo de eleição. Finalizados os assuntos da pauta, Márcio  
113 prosseguiu a reunião apresentando o primeiro informe sobre a IX Conferência Municipal de Assistência  
114 Social de Franca. A Secretária Executiva Maria Amélia destacou novamente o tema da Conferência

115 “Consolidar o SUAS de uma vez Rumo a 2026”. Informou que o Conselho Nacional de Assistência  
116 Social – CNAS ainda não apresentou os eixos de discussão, porém a Comissão Organizadora já se reuniu  
117 uma vez, e definiu algumas questões como a proposta da data da Conferência, para os dias 29 e 30 de  
118 julho. Informou que foi feito um convite para a palestrante Doutora Dirce Koga, que aceitou a solicitação  
119 da comissão e realizará a abertura da Conferência. Disse que a Comissão Organizadora já agendou uma  
120 reunião para a próxima quinta feira, dia 19 às 08h00, esclarecendo que a reunião é aberta à participação  
121 dos conselheiros. Como informe seguinte, Márcio relatou que a DRADS Franca apresentou um parecer  
122 sobre o Plano de Acolhimento de crianças e adolescentes e concedeu a palavra para a Diretora de  
123 Proteção Social Especial, Ana Paula. A mesma explicou que o referido Plano foi apresentado e aprovado  
124 pelo CMAS e posteriormente foi encaminhado para a Diretoria Regional de Assistência e  
125 Desenvolvimento Social – DRADS, que fez algumas considerações. Disse que o Plano de Acolhimento  
126 precisará ser atualizado de acordo com o parecer da Diretoria Regional, até 30 de abril. Informou que  
127 essas atualizações deverão ser apresentadas e aprovadas pelo colegiado. Maria Amélia informou que o  
128 Parecer da DRADS será encaminhado para os conselheiros por email. Dando seguimento Márcio  
129 informou que o processo de Alteração da Lei de Criação já foi encaminhado para a Secretaria de Ação  
130 Social. Propõe que o colegiado se reúna na próxima quinta-feira, em reunião extraordinária, para a  
131 discussão dos apontamentos que foram feitos pelo Poder Executivo. O conselheiro Padre Célio sugeriu  
132 que a reunião para discussão da Lei seja realizado na próxima reunião ordinária do CMAS, no dia 26 de  
133 março, com pauta exclusiva sobre o assunto. Sendo aprovada essa proposta. Passando ao penúltimo  
134 informe, Márcio comunicou que foi encaminhado um ofício sobre a Manutenção de Inscrição das  
135 Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios  
136 socioassistenciais, orientando sobre a documentação necessária, sendo o Relatório de Atividades do  
137 exercício anterior e o Plano de Trabalho 2015, até 30 de abril. Tina apontou que a comissão de  
138 acompanhamento, fiscalização e controle social de entidades deverá discutir sobre uma “Declaração” a  
139 ser emitida pelo CMAS, que é citada nos comentários à Resolução CNAS 14/2014. Como último informe  
140 da reunião Márcio apresentou o Convite do Seminário que acontecerá no dia 27 de março, no SENAI,  
141 com o tema “O trabalho decente sob a ótica da erradicação do trabalho infantil e do trabalho seguro dos  
142 adolescentes: todos juntos pelo direito à proteção integral”. A conselheira Juliana se dispôs a participar do  
143 Seminário representando o Conselho. Finalizados todos os assuntos da pauta da reunião, o Senhor João  
144 solicitou a palavra para fazer um questionamento. Indagou sobre a Prestação de Contas do recurso  
145 municipal de subvenção, citando especificamente as entidades de assistência social que executam o  
146 Serviço de Acolhimento de Idosos – ILPI, no que se refere aos profissionais de enfermagem (técnicos,  
147 auxiliares e apoio de enfermagem). Esclareceu que a legislação que regulamenta as ILPIs, a RDC 283,  
148 estabelece o serviço de saúde como uma opção, e não como exigência. Considerando que o profissional  
149 de saúde não pode ser pago com recurso da Assistência Social, questionou se poderia alterar o contrato  
150 dos profissionais de enfermagem: auxiliares e de apoio para “cuidadores de idosos”, enquadrando na  
151 prestação de contas. Clóves ressaltou que somente o Estado e a União, não aceitam pagar profissionais de  
152 saúde com o recurso da Assistência Social, porém o município aceita. Josiane disse que fez uma consulta

153 ao MDS e aguarda resposta sobre essa questão, pois a NOB RH fala de um quadro de pessoal e a RDC  
154 fala de outro e a vigilância sanitária está pressionando as entidades. Marcio disse que essa questão precisa  
155 ser discutida, uma vez que tem uma resolução do CNAS que estabelece quais são os trabalhadores do  
156 SUAS e não permite o pagamento de profissionais de outras áreas com recurso da Assistência Social.  
157 Afirmou que será formalizada uma consulta ao setor de Prestação de Contas do município sobre essa  
158 questão. Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada e nada mais havendo a tratar a ata foi lavrada  
159 pela Secretaria Executiva do CMAS.